trato com António Joaquim Ferreira para a execução das obras de construção do edifício destinado à sede do Instituto Nacional de Educação Física, pela importância de 9:859.000\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Comissão Administrativa das Obras do Novo Estádio de Lisboa despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 5:000.000\$ no corrente ano, 3:000.000\$ e o saldo do ano anterior em 1949 e 1:859.000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1950.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Julho de 1948. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — José Frederico do Casal Ribetiro Ulrich.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção-Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

1.ª Secção

Portaria n.º 12:475

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 17.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, abrir na colónia de Angola um crédito especial de 104.500,00, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos, para pagamento, ao Fundo de protecção aos cultivadores do tabaco e exportadores do tabaco manipulado, dos rendimentos cobrados no ano de 1945.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 6 de Julho de 1948. — O Ministro das Colónias, Teófilo Duarte.

Direcção-Geral de Fomento Colonial

Portaria n.º 12:476

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, tendo em vista o n.º 10.º do artigo 1.º e o n.º 2.º do artigo 26.º do decreto n.º 34:076, de 2 de Novembro de 1944, que sejam emitidos e postos em circulação na colónia de Angola 200:000 bilhetes-postais comemorativos do tricentenário da restauração da mesma colónia, com dez motivos, sendo: «Ataque de Salvador Correia de Sá à Fortaleza de S. Miguel, em Luanda», «Embarque de prisioneiros holandeses em Luanda», «Ataque de holandeses ao Forte de Muxima» e sete reproduzindo os painéis de azulejos da Ermida de Nossa Senhora da Nazaré, em Luanda.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 6 de Julho de 1948. — O Ministro das Colónias, Teófilo Duarte.

Repartição dos Serviços Geográficos, Geológicos e Cadastrais

Portaria n.º 12:477

Atendendo ao que me foi exposto pelo governador-geral de Moçambique: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 18.º do Decreto de 20 de Setembro de 1906 e em harmonia com o disposto no n.º 18.º do § 1.º do artigo 11.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, que seja vedada a pesquisas de minérios pelo prazo de um ano a área do território da colónia de Moçambique abaixo discriminada:

Limites da área vedada a pesquisas mineiras:

Linha da fronteira definida pelos marcos n.ºs 2, 3, 4 e 5;

Linha que une o marco n.º 5 com os marcos geodésicos de 1.ª ordem do Domué, Mangani, próximo de Vila Coutinho, e M'Vai, na fronteira leste;

Linha da fronteira leste definida pelo referido marco geodésico de M'Vai e pelos marcos n.ºs XXI, XXII e XXIII;

A S. O. a linha que une este marco n.º XXIII da fronteira leste com o marco n.º 2 da fronteira norte.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Ministério das Colónias, 6 de Julho de 1948. — O Ministro das Colónias, Teófilo Duarte.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral de Caminhos de Ferro

Repartição de Exploração e Estatística

Portaria n.º 12:478

Tendo-se reconhecido haver conveniência em tornar extensivo aos contentores particulares que estejam matriculados em empresas estrangeiras o regime previsto no § único do artigo 2.º do regulamento anexo à Portaria n.º 11:507, de 7 de Outubro de 1946, para os contentores que sejam de propriedade destas empresas, pelas facilidades que proporcionará no câmbio de contentores no tráfego internacional:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Comunicações, que a redacção do § único do artigo 2.º do Regulamento para a admissão à circulação e exploração na rede ferroviária nacional de contentores recomendados e condições técnicas a que estes devem satisfazer, aprovado pela Portaria n.º 11:507, de 7 de Outubro de 1946, seja alterada como segue:

§ único. Sem prejuízo de serem considerados «recomendados», é dispensada a verificação e consequente comprovação por aposição de qualquer sinal para os contentores que sejam propriedade de empresas ferroviárias estrangeiras ou de propriedade particular matriculados nestas empresas e que satisfaçam os requisitos ditados pelo organismo internacional competente a que tenha aderido qualquer das empresas ferroviárias nacionais.

Ministério das Comunicações, 6 de Julho de 1948. — O Ministro das Comunicações, Manuel Gomes de Araújo.